

979
C

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO -
RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

PARECER n. 00106/2016/GEADM/PFANS/PGE/AGU

NUP: 33902.126598/2013-84

INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e Núcleos Regionais da ANS.

ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO - Prorrogação da
duração contratual e não aplicação do reajuste.

EMENTA:

I - Contratação de Empresa Especializada em Solução de Rede
de Comunicação entre a Agência Nacional de Saúde
Suplementar – ANS e seus Núcleos Regionais.

II – Prorrogação da duração contratual. Possibilidade.
Aprovação com recomendação(ões).

III - Reajuste do Preço. Renúncia da aplicação.

Senhor Procurador-Chefe da ANS

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de contratação de Empresa Especializada em Solução de Rede de Comunicação entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e seus Núcleos Regionais.

2. O ajuste foi efetivado por meio do Contrato nº 22/2013 (fls. 602/608), com a pessoa jurídica LEVEL 3 COMUNICAÇÃO DO BRASIL LTDA com prazo de vigência até 28 de junho de 2016, haja vista a prorrogação celebrada no Segundo Termo Aditivo (fls. 857/858).

3. Nesta oportunidade, os autos vieram para análise da minuta do Terceiro Termo Aditivo, (fls. 961/962), que tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual por período de 12 meses e a não aplicação do reajuste, por renúncia expressa apresentada pela contratada (fl. 950).

4. A Administração demonstrou interesse na prorrogação do contrato no Despacho 12/2016/COMAG/GGETI/DIGES de 31 de maio de 2016 (fls. 956/956v), Relatório 210/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 1º de junho de 2016 (fls. 967/969v) e Despacho 676/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 2 de junho de 2016 (fl. 970), apresentando as justificativas para a manutenção do Contrato. A Contratada, por sua vez,

anuiu à prorrogação contratual, bem como apresentou renúncia expressa à aplicação do reajuste anual previsto contratualmente (fl. 950).

5. A Administração argumentou que está dispensada da realização da pesquisa de mercado para a prorrogação porquanto o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço por índice aplicável ao serviço (subitem 23 do Relatório 210/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 1º de junho de 2016 - fl. 968v).

6. Os recursos orçamentários para suprir as despesas foram indicados por meio do documento Disponibilidade Orçamentária nº 159/2016/GEFIN/GGAFI/DIGES, fl. 960.

7. A prorrogação do Contrato nº 22/2013 foi aprovada pela Gerência-Geral de Administração e Finanças, fl. 971.

8. Os autos foram remetidos a esta Gerência de Consultoria Administrativa pela Gerência-Geral de Administração e Finanças (fl. 971), para análise e parecer, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

É o relatório. Passaremos à análise.

ANÁLISE

9. Ressalta-se, de início, que a presente apreciação limitar-se-á ao caráter jurídico da matéria, não sendo considerados os aspectos negociais ou de ordem técnica, tais como a discriminação do objeto, requisitos de capacidade técnica e regularidade financeira, dentre outros ou interpretação de conceitos jurídicos indeterminados a cargo dos órgãos competentes, conforme o disposto no art. 2º da Instrução de Serviço PROGE nº 02, de 15 de outubro de 2002, passaremos ao que segue.

PROCEDIMENTO - Autorização da Diretoria Colegiada

10. A Administração deverá se conduzir em conformidade ao previsto no Decreto nº 7.689/12, solicitando a autorização pertinente para a celebração da contratação, haja vista a previsão de valor superior a 1 (um) milhão de reais, nos termos do art. 2º caput e §2º, inciso I do citado decreto, *in verbis*:

“Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas expressamente pelo respectivo ministro de Estado.

(...)

§2º. Para os contratos com valores inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada, exclusivamente:

I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente

subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";

11. Com o fim de regulamentar a autorização para prorrogar contratos de que trata o Decreto nº 7.689/2012, assim estabelecem os seguintes dispositivos da Portaria MS nº 1338/2012:

"Art. 2º No âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas, a autorização para celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio será anterior ao início da instrução do respectivo procedimento de contratação e se dará por intermédio da aprovação de nota técnica encaminhada pela unidade interessada.

.....

Art. 4º A competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) fica delegada aos dirigentes máximos dos seguintes órgãos e entidades:

(...)

X - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

.....

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a autoridade máxima da entidade vinculada ao Ministério da Saúde for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento interno, respeitadas as regras previstas nesta Portaria."

12. Esclarecemos que a referida autorização deverá ser da Diretoria Colegiada nos termos do art. 9º da Portaria MPOG 249/2012.

Art. 9º Nas hipóteses em que a autoridade máxima do órgão ou entidade for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento, respeitadas as regras previstas nesta Portaria.

PRORROGAÇÃO

13. A Administração pretende prorrogar a vigência do Contrato nº 22/2013 por 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

14. Inicialmente, vale ressaltar, que a prorrogação do prazo de vigência do contrato, na forma do disposto no art. 57, II da Lei 8.666, de 1993 poderá ocorrer, atendidos os seguintes pressupostos:

- Constar previsão no contrato;
- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Houver interesse da Administração e da empresa contratada;
- For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a administração;
- Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
- Houver previsão orçamentária;
- Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

15. Com relação ao primeiro requisito, a cláusula décima primeira do contrato autoriza a prorrogação do prazo de vigência (fl. 604).

16. Quanto ao segundo requisito, presente a informação pela Administração da prestação regular dos serviços pela contratada conforme Despacho 12/2016/COMAG/GGETI/DIGES de 31 de maio de 2016 (fls. 956/956v).

17. O terceiro requisito encontra-se devidamente preenchido, conforme se verifica nos documentos de fls. 956/956v, 967/969v, 970 e 950.

18. Em relação à manutenção das condições iniciais de habilitação, há indicação de certidões com prazo de validade expirada no documento SICAF de fl. 963. Dessa forma, quando bem próximo da celebração do termo da pretendida prorrogação, nova pesquisa no SICAF (e demais certidões, se necessário) há de ser realizada para a verificação da situação de regularidade da contratada, realizado-se a prorrogação se a situação estiver regular.

19. A Administração argumentou que consoante novas disposições do §2º, do art. 30-A da Instrução Normativa nº 02 SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008 com redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 está dispensada da realização da pesquisa de mercado para a prorrogação porquanto o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço por índice aplicável ao serviço, prevê reajuste de preço por índice aplicável ao serviço, o Índice Geral de Preço - Mercado, IGP-M (ver subitem 23 do Relatório 210/2016 da GECOL de 1º de junho de 2016 (fl. 968v):

§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento

954

econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE; e (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

III - no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. (Dispositivo incluído pela Instrução Normativa No 6, de 23 de dezembro de 2013)

20. Com efeito, o presente contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço por índice setorial, o Índice de serviço de telecomunicações - IST (contrato fls. 607v).

21. Nessa linha de argumentação, foi elaborado o PARECER Nº 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU da Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos, órgão da Procuradoria-Geral Federal que examinando diversas questões relativas às novas disposições previstas na IN 2/2008 com as alterações e explicitações contidas nas IN 6/2013 e 5/2014, concluiu que também nos contratos sem dedicação exclusiva, caso destes autos, é possível a dispensa de pesquisa de preços, quando houver no contrato expressa previsão do critério de reajuste do preço, conforme letra 'e' da conclusão do referido Parecer, *in verbis* e em anexo;

e) Nos contratos sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde que haja expressa previsão do critério de reajuste de preços, é possível haver a dispensa da pesquisa de preços, nos termos do artigo 30-A ~ 2º, inciso 11 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MP.

22. Desse modo, diante da argumentação empreendida acima, fundamentada no PARECER Nº 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU de 17/11/2014 da Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos órgão da Procuradoria-Geral Federal, é possível a dispensa de pesquisa de preços, conforme decisão da Administração, haja vista o contrato em questão expressamente prever cláusula de reajuste de preço e não conter previsão de dedicação exclusiva de mão de obra.

23. Registre-se ainda que a contratada apresentou renúncia expressa (fl. 950) ao reajuste do preço pelo índice do IST previsto na Cláusula décima oitava do contrato (fl. 607v).

24. O presente exame tem fundamento na presunção de que os argumentos e elementos técnicos utilizados pela Administração são idôneos à verificação da vantajosidade de se manter a contratação atual.

25. A motivação e a justificativa elaborada pelo setor competente estão presentes nos documentos de fls. fls. 956/956v., 967/969v, 970.

26. A previsão orçamentária está consignada no documento de fl. 960.

J

27. O aceite pela autoridade competente da prorrogação consta no Despacho de fl. 971.

DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

28. A minuta do Termo de Aditivo contém os elementos regulamentares exigíveis, merecendo aprovação.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendemos não constar empecilhos ao prosseguimento do feito, com a contratação pretendida, desde que observada(s) e atendida(s) a(s) recomendação(ões) mencionada(s) neste parecer, especialmente quanto ao exame da manutenção das condições iniciais de habilitação da empresa (subitem 18).

29. Ante o exposto, submetemos o presente parecer a sua apreciação, sugerindo a oportuna remessa dos autos à GGAFI, para ciência e adoção das providências que julgar cabíveis ao prosseguimento do feito.

Gerência de Consultoria Administrativa,

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2016.



Dilson Jorge Mascarenhas dos Santos

Procurador Federal

Gerente de Consultoria Administrativa Substituto

SIAPE nº 1186373

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902126598201384 e da chave de acesso 3a8d2a8e